

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Curitiba, 08 de Outubro de 2025.

À

Autoridade Monetária – Banco Central do Brasil

Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig)

Prezados Senhores,

A Servopa Administradora de Consórcios Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 76.515.071/0001-99, em cumprimento à Resolução BCB nº 2/2020, e demais disposições normativas emitidas pelo Banco Central do Brasil, vem, por meio desta, apresentar suas Demonstrações Financeiras relativas ao primeiro semestre de 2025, encerrado em 30 de junho de 2025, elaboradas em consonância com os mais elevados padrões contábeis e de governança corporativa exigidos às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN – Banco Central do Brasil.

As informações apresentadas incluem:

- Relatório da Administração
- Relatório da Auditoria Independente
- Balanço Patrimonial
- Demonstração dos Resultados
- Demonstração do Resultado Abrangente
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstrações Consolidadas dos Recursos de Consórcios
- Demonstrações Consolidadas de Variações nas Disponibilidades de Grupos
- Notas Explicativas

As demonstrações foram emitidas em 30 de junho de 2025 e disponibilizadas em nosso site institucional Consórcio Servopa: '<https://www.consorcioservopa.com.br/demonstrativos-financeiros>'.

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente instrumento, nós, abaixo assinados, na qualidade de Administrador e Contador da empresa Servopa Administradora de Consórcios Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 76.515.071/0001-99, com sede à Rua Rockefeller, 1118, Rebouças – Curitiba/PR, declaramos, sob as penas da lei, que as informações contidas nas Demonstrações Contábeis referentes ao primeiro semestre do exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, foram elaboradas com base na legislação vigente, observando os princípios contábeis aceitos, e refletem, de forma fidedigna, a posição patrimonial, financeira e o resultado das operações da empresa naquele período.

Declaramos, ainda, que as referidas demonstrações foram elaboradas com base nos registros contábeis da empresa, mantidos de forma regular, e que todos os documentos comprobatórios e informações necessárias à sua elaboração encontram-se devidamente arquivados e à disposição dos órgãos fiscalizadores competentes.

Na qualidade de responsáveis pelo conteúdo das demonstrações financeiras, declaramos que os documentos entregues correspondem fielmente às versões auditadas e publicadas no site da instituição.

Curitiba, 08 de outubro de 2025.

Anya S. Voswinckel Celestino

Sócia Quotista

Ricardo Vogman de Lima

Contador CRC PR – 054107/O-9

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2025, com informações comparativas de 31 de dezembro de 2024. Apresentamos, também, as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, bem como as Demonstrações Consolidadas dos Recursos de Consórcios e das Variações nas Disponibilidades dos Grupos.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Servopa Administradora de Consórcios Ltda. atua na formação e administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de bens móveis e imóveis. Com mais de 50 anos de experiência no setor, a empresa opera sob autorização e fiscalização do Banco Central do Brasil.

Missão e Visão

A Servopa Administradora de Consórcios tem como missão proporcionar soluções de consórcio seguras, acessíveis e eficazes, por meio da formação e gestão de grupos, como venda e administração de cotas destinados à aquisição planejada de bens móveis e imóveis. Com mais de cinco décadas de atuação no setor, a instituição se consolidou como referência em excelência na gestão de grupos, promovendo o planejamento financeiro dos consorciados, a inclusão financeira e contribuindo para o fortalecimento da economia real.

Atualmente, a Servopa possui 187 grupos em andamento, totalizando 109.144 cotas ativas, o que evidencia sua sólida presença e a confiança dos consorciados. Até o mês de junho de 2025, a companhia realizou a entrega de 31.726 bens, contribuindo diretamente para a realização de sonhos e o fortalecimento da economia real.

No primeiro semestre de 2025, a Servopa registrou um resultado líquido de R\$ 32.294.111 e um patrimônio líquido de R\$ 149.548.806 com um crescimento de 12,89% em relação ao semestre anterior, resultado impulsionado por campanhas de vendas

estratégicas, alinhadas ao compromisso de oferecer soluções seguras, acessíveis e eficazes para a aquisição planejada de bens.

Governança Corporativa

A Servopa Administradora mantém compromisso com os mais elevados padrões de governança corporativa, adotando práticas que promovem a transparência, equidade, responsabilidade corporativa e prestação de contas. Seu modelo de gestão é estruturado com base em comitês especializados e deliberativos, que atuam de forma colegiada na avaliação e definição de temas estratégicos e operacionais relevantes para a organização.

Essa estrutura decisória moderna assegura que as decisões estejam alinhadas aos interesses de longo prazo da companhia e de seus stakeholders, fortalecendo a sustentabilidade dos negócios e a confiança dos públicos com os quais a empresa se relaciona.

Compromissos com as regulamentações do setor

Durante esse período, a Servopa Administradora reafirmou seu compromisso com a conformidade regulatória, mantendo aderência plena às normativas emitidas pelo Banco Central do Brasil, incluindo os preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e às diretrizes de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLDFT). A instituição revisitou seus processos internos, investiu em treinamentos e reforçou sua estrutura de controles internos para mitigar riscos e assegurar a integridade de suas operações.

Ética, Conformidade e Controles internos

A conduta da Servopa é orientada por princípios éticos sólidos e pela rigorosa observância da legislação vigente. A empresa conta com um Programa de Integridade que reforça seu compromisso com a conformidade regulatória e com a prevenção de condutas indevidas.

Além disso, seu sistema de controles internos passa por aprimoramentos contínuos, com o objetivo de assegurar a integridade dos processos, a confiabilidade das informações e a mitigação de riscos operacionais e reputacionais.

Gestão de Riscos

A gestão de riscos integra a estratégia corporativa da Servopa, que adota políticas e procedimentos voltados à identificação, avaliação e monitoramento dos principais riscos inerentes às suas atividades. Essa abordagem garante maior segurança na tomada de decisões e contribui para a preservação dos ativos da companhia. A postura preventiva fortalece a resiliência organizacional diante de cenários adversos e assegura a continuidade dos negócios com responsabilidade e eficiência.

Responsabilidade Socioambiental

Ciente de seu papel social, a Servopa incorpora princípios de sustentabilidade em sua gestão e nas relações com seus públicos. A empresa investe em iniciativas voltadas à responsabilidade ambiental, ao desenvolvimento local e à inclusão social. O compromisso com práticas sustentáveis está presente nas operações do dia a dia e no relacionamento com parceiros e consorciados, refletindo a preocupação com as futuras gerações e com a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Relacionamento com Stakeholders

A Servopa valoriza o diálogo transparente e contínuo com seus diversos públicos de relacionamento, incluindo consorciados, colaboradores, fornecedores, parceiros, instituições reguladoras e a sociedade em geral. A empresa preza por relações fundamentadas na confiança, no respeito mútuo e na geração de valor compartilhado, consolidando sua reputação e fortalecendo os laços institucionais que sustentam sua trajetória de crescimento.

Agradecemos profundamente a confiança dos consorciados, cuja fidelidade é a base do nosso crescimento sustentável. Estendemos nosso reconhecimento aos colaboradores e representantes parceiros, cuja atuação ética, comprometida e estratégica tem sido essencial para o alcance dos resultados, a consolidação da marca e o avanço da nossa missão institucional.

Curitiba, 01 de outubro de 2025.

Os Administradores

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Cotistas de
SERVOPA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SERVOPA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades de grupos para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SERVOPA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a posição patrimonial e financeira dos grupos de consórcios e as movimentações dos seus recursos para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o

Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 06 de outubro de 2025.

LETICIA PIERETTI
Contadora CRC/RS 60.576

CONFIDOR AUDITORES ASSOCIADOS
CRCRS 2.209/T/SP/F/RS

Member of



SUMÁRIO

Demonstrações Financeiras	11
Balanco Patrimonial	11
Demonstração do Resultado do Exercício	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	15
Demonstração dos Fluxos de Caixa	16
Demonstrações dos Grupos de Consórcio	17
Demonstrações Consolidadas dos Recursos de Consórcios.....	18
Demonstração das Variações nas Disponibilidades dos Grupos.....	19
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	20

Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial

(Em milhares de reais)

As demonstrações do Balanço Patrimonial da Servopa Administradora de Consórcios Ltda. apresentam, de forma estruturada, a posição financeira da instituição em 30 de junho de 2025, em comparação com a posição em 31 de dezembro de 2024. Para fins de comparabilidade, foram efetuadas algumas reclassificações de nomenclaturas no exercício de 31/12/2024, em cotejo às demonstrações apresentadas em 30/06/2025.

Ativo circulante	Nota	30/06/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	755	1.844
Ativos financeiros ao custo amortizado	5		
Títulos de renda fixa		12.131	11.489
Títulos de renda variável		2.722	2.098
Cotas de fundo de investimento		92.609	75.152
Contas a receber	6	8.262	10.244
Impostos a recuperar	7	10.106	15.847
Impostos diferidos	8	2.201	1.729
Adiantamentos		708	781
Outros créditos		681	628
Despesas antecipadas	9	29.257	19.810
Total do circulante		<u>159.432</u>	<u>139.622</u>
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	10	5.309	5.195
Ativos financeiros ao custo amortizado	5		
Títulos de renda variável		298	283
Despesas antecipadas	9	323.353	231.104
Investimentos	11	239	239
Imobilizado	12	5.553	6.027
Ativo de direito de uso	13	1.666	-
Total do não circulante		<u>336.418</u>	<u>242.848</u>
Total do ativo		<u>495.850</u>	<u>382.470</u>

Passivo circulante

Passivos financeiros ao custo amortizado

Arrendamentos	13	600	-
Comissões a pagar	14	113.854	81.132
Obrigações trabalhistas		4.048	3.601
Obrigações tributárias	15	1.000	2.140
Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar	15	7.891	-
Recursos não procurados	16	8.031	7.764
Taxa de administração antecipada	17	94.819	54.763
Outras contas a pagar	18	1.549	1.997

Total do circulante**231.792****151.397****Passivo não circulante**

Passivos financeiros ao custo amortizado

Arrendamentos	13	1.068	-
Obrigações tributárias	15	5.073	5.073
Impostos diferidos	19	566	-
Provisão para perdas	20	545	5.084
Taxa de administração antecipada	17	107.257	83.661

Total do não circulante**114.509****93.818****Patrimônio líquido****22**

Capital social		7.430	7.430
Reservas de capital		457	457
Reservas de lucros		141.662	129.368

Total do patrimônio líquido**149.549****137.255****Total do passivo e patrimônio líquido****495.850****382.470**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado do Exercício

(Em milhares de reais)

	Nota	1º Sem 2025	1º Sem 2024
Receita líquida	23	<u>79.180</u>	<u>63.964</u>
Custo das mercadorias vendidas		-	-
Receitas de intermediação financeira	24	<u>6.934</u>	<u>3.456</u>
Resultado de operações com aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários		6.934	3.456
Lucro operacional bruto		<u>86.114</u>	<u>67.420</u>
Despesas de vendas		(43.995)	(22.566)
Despesas gerais e administrativas		(24.083)	(19.734)
Outras receitas e despesas, líquidas	25	4.537	(6)
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		<u>22.573</u>	<u>25.114</u>
Resultado financeiro líquido	26	25.586	18.300
Resultado operacional antes do Irpj e da Csl		<u>48.159</u>	<u>43.414</u>
Irpj e Csl - correntes	27	(15.771)	(15.131)
Irpj e Csl - diferidos	27	(94)	323
Lucro líquido do exercício		<u>32.294</u>	<u>28.606</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente

(Em milhares de reais)

	1º Sem 2025	1º Sem 2024
Lucro líquido	<u>32.294</u>	<u>28.606</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>32.294</u>	<u>28.606</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Durante o exercício não foram identificados outros resultados abrangentes, o que significa que o lucro líquido apurado no período corresponde integralmente ao resultado abrangente total, evidenciando estabilidade na composição do patrimônio líquido.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de lucros	Lucro do Exercício	Total
Saldo em 31/12/2023	<u>7.430</u>	<u>457</u>	<u>78.603</u>	=	<u>86.490</u>
Lucro líquido				28.606	28.606
Transferência para reservas:					
- Reserva de lucros			28.606	(28.606)	-
Saldo em 30/06/2024	<u>7.430</u>	<u>457</u>	<u>107.209</u>	=	<u>115.096</u>
Lucro líquido				28.114	28.114
Juros sobre capital próprio			(5.955)		(5.955)
Transferência para reservas:					
- Reserva de lucros			28.114	(28.114)	-
Saldo em 31/12/2024	<u>7.430</u>	<u>457</u>	<u>129.368</u>	=	<u>137.255</u>
Lucros distribuídos			(20.000)		(20.000)
Lucro líquido				32.294	32.294
Transferência para reservas:					
- Reserva de lucros			32.294	(32.294)	-
Saldo em 30/06/2025	<u>7.430</u>	<u>457</u>	<u>141.662</u>	=	<u>149.549</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	1º Sem 2025	1º Sem 2024
Resultado ajustado			
Lucro líquido antes do Irpj e Csl		48.159	43.414
Depreciação e amortização	12	278	441
Provisão para perdas	20	(4.539)	951
Total do lucro líquido ajustado		<u>43.898</u>	<u>44.806</u>
Variação do ativo			
Ativos financeiros ao custo amortizado		(18.738)	(15.676)
Contas a receber	6	1.982	123
Impostos a recuperar	7	5.741	(8.728)
Adiantamentos		73	351
Depósitos judiciais	10	(114)	-
Outros créditos		(53)	(99)
Despesas antecipadas	9	(101.696)	(62.569)
Total da variação do ativo		<u>(112.805)</u>	<u>(86.598)</u>
Variação do passivo			
Comissões a pagar	14	32.722	19.982
Obrigações trabalhistas		447	443
Obrigações tributárias	15	(1.140)	(33)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(7.880)	(1.609)
Recursos não procurados	16	267	92
Taxa de administração antecipada	17	63.652	25.652
Outras contas a pagar	18	(448)	(94)
Total da variação do passivo		<u>87.620</u>	<u>44.433</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>18.713</u>	<u>2.641</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Baixa de imobilizado/intangível	12	756	-
Aquisição de imobilizado e ativo de direito de uso	12	(2.226)	(674)
Arrendamento mercantil	13	1.668	-
Caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>198</u>	<u>(674)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Distribuição de lucros		(20.000)	-
Caixa gerado pelas atividades de financiamento		<u>(20.000)</u>	<u>-</u>
Variação em caixa e equivalentes de caixa		<u>(1.089)</u>	<u>1.967</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	1.844	785
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	755	2.752
Variação em caixa e equivalentes de caixa		<u>(1.089)</u>	<u>1.967</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Grupos de Consórcio

A administradora de consórcios e os grupos de consórcio possuem personalidade contábil distinta, embora sejam juridicamente interligados. Os recursos dos grupos não integram o patrimônio da administradora. Eles pertencem exclusivamente aos consorciados.

A administradora atua como gestora fiduciária desses recursos, com responsabilidade pela administração, mas não responde diretamente pelas obrigações dos grupos com terceiros, salvo quando existe aporte de recursos próprios para equilíbrio de grupos deficitários.

Segundo a Resolução BCB nº 92/2021 e o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), os grupos de consórcio são tratados como patrimônios de afetação, ou seja, recursos segregados do patrimônio da administradora.

Portanto, são elaboradas duas contabilidades distintas e obrigatórias:

Contabilidade da Administradora: Reflete os atos próprios da empresa, sua operação, custos, despesas, receitas (ex.: taxa de administração, receitas financeiras próprias, despesas administrativas, encargos fiscais, etc.).

Contabilidade dos Grupos: Reflete exclusivamente os recursos dos consorciados, arrecadações, aplicações financeiras dos grupos, contemplações, pagamentos, inadimplência, devoluções, etc.

Demonstrações Consolidadas dos Recursos de Consórcios

(Em milhares de reais)

Ativo	30/06/2025	31/12/2024
Circulante	<u>2.084.304</u>	<u>1.808.441</u>
Disponibilidades	<u>701.375</u>	<u>595.506</u>
Depósitos bancários	10.900	8.549
Títulos e valores mobiliários	690.475	586.957
Outros créditos	<u>1.382.929</u>	<u>1.212.935</u>
Bens apreendidos ou retomados	3.570	2.960
Direitos junto a consorciados contemplados	1.379.359	1.209.975
Compensação	<u>30.855.586</u>	<u>25.780.644</u>
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	104.106	90.850
Contribuições devidas aos grupos	15.535.237	12.983.969
Bens e serviços a contemplar	15.216.243	12.705.825
Total do ativo	<u>32.939.890</u>	<u>27.589.085</u>
Passivo	30/06/2025	31/12/2024
Circulante	<u>2.084.304</u>	<u>1.808.441</u>
Obrigações com consorciados	1.135.982	990.568
Valores a repassar	150.019	136.199
Obrigações com contemplados a entregar	679.519	572.757
Obrigações com a administradora	468	897
Recursos a devolver a consorciados	96.192	92.118
Recursos dos grupos	22.124	15.902
Compensação	<u>30.855.586</u>	<u>25.780.644</u>
Recursos mensais a receber de consorciados	104.106	90.850
Obrigações dos grupos por contribuições	15.535.237	12.983.969
Bens e serviços a contemplar	15.216.243	12.705.825
Total do passivo	<u>32.939.890</u>	<u>27.589.085</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Variações nas Disponibilidades dos Grupos

(Em milhares de reais)

Disponibilidades (saldos iniciais)	1º Sem 2025	1º Sem 2024
Depósitos bancários	8.549	3.622
Aplicações financeiras	14.200	32.299
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	572.757	434.118
Total das disponibilidades iniciais	<u>595.506</u>	<u>470.039</u>
(+) Recursos coletados		
Contribuições para aquisição de bens	669.692	531.469
Taxa de administração	152.904	98.698
Contribuições ao fundo de reserva	2.645	1.708
Rendimentos de aplicações financeiras	31.438	21.853
Multas e juros moratórios	1.724	1.603
Prêmios de seguros	3.849	2.339
Outros	2.481.053	1.413.674
Total dos recursos coletados	<u>3.343.305</u>	<u>2.071.344</u>
(-) Recursos utilizados		
Aquisição de bens	(569.426)	(459.244)
Taxa de administração	(152.904)	(98.697)
Multas e juros moratórios	(862)	(801)
Prêmios de seguros	(3.716)	(2.231)
Devolução consorciados desligados	(11.951)	(9.157)
Outros (rateios encerramentos de grupos)	(2.498.577)	(1.435.663)
Total dos recursos utilizados	<u>(3.237.436)</u>	<u>(2.005.793)</u>
Disponibilidades (saldos finais)		
Depósitos bancários	10.900	1.907
Aplicações financeiras	10.956	22.303
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	679.519	511.380
Total das disponibilidades finais	<u>701.375</u>	<u>535.590</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Essas demonstrações representam o conjunto de recursos administrados em nome dos consorciados, evidenciando os fluxos financeiros dos grupos de consórcio, incluindo as entradas de contribuições, aplicações financeiras, contemplações e demais obrigações.

No total, foram coletados R\$ 3.343.305 mil e utilizados R\$ 3.237.346 mil, resultando em incremento no saldo de disponibilidades dos grupos administrados. As disponibilidades iniciais totalizaram R\$ 595.506 mil, e os recursos finais atingiram R\$ 701.375 mil, denotando crescimento robusto no volume de recursos em custódia dos grupos de consórcio, fator que reforça a confiança dos consorciados e a responsabilidade fiduciária da administradora.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de reais)

As notas explicativas apresentam os critérios contábeis utilizados, os julgamentos e estimativas aplicados pela administração e os detalhes adicionais de natureza operacional, societária, financeira e tributária.

Entre os aspectos de maior relevância destacam-se:

- A adoção do CPC 47 para reconhecimento de receitas de contratos com clientes;
- A observância aos critérios de mensuração e provisão conforme a Resolução BCB nº 352/2023;
- As aplicações financeiras classificadas com baixo risco e emitidas por instituições com rating elevado;
- As provisões para perdas contingenciais e judiciais, constituídas com base em pareceres jurídicos;
- A política de constituição de provisões para inadimplência e grupos deficitários;
- A adequada segregação e evidência de recursos próprios e de terceiros (consorciados), conforme exigido pela legislação específica do setor.

1. Contexto Operacional

A sociedade tem como atividade a formação e administração de grupos de consórcios de bens móveis e imóveis.

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com:

- As práticas contábeis adotadas no Brasil;
- Os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC);
- As normas emanadas do Banco Central do Brasil, especialmente as circulares aplicáveis às administradoras de consórcio;
- O Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

2.2. Declaração de Continuidade

As informações estão apresentadas em valores históricos, exceto quando exigido o valor justo, e foram preparadas com base na continuidade operacional da Sociedade. A administração considera que a Servopa possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de nenhum impedimento para continuar operando.

2.3. Moeda funcional, de apresentação e transações em moeda estrangeiras

A moeda funcional é a mesma moeda de apresentação das demonstrações Financeiras. As transações em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidas para moeda funcional utilizando a taxa de câmbio nas datas de cada transação.

2.4. Pronunciamentos técnicos aprovados pelo Banco Central

O Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil aprovaram os seguintes pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), observados integralmente pela Servopa, quando aplicável.

Pronunciamento CPC

Resolução

CPC 00 – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução BCB nº 120/2021
CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de ativos	Resolução BCB nº 120/2021
CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução BCB nº 2/2020
CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução BCB nº 2/2020
CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil	Resolução BCB nº 178/2022
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução BCB nº 120/2021
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução BCB nº 2/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução BCB nº 9/2020
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Resolução BCB nº 120/2021
CPC 27 - Ativo imobilizado	Resolução BCB nº 6/2020
CPC 33 - Benefícios a Empregados	Resolução BCB nº 59/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução BCB nº 120/2021
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	Resolução BCB nº 120/2021
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Parcial - Resolução BCB nº 352/2023 e nº 397/2024

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, e foram

elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis é o seguinte:

Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Receitas de contratos com clientes e Despesas com Comissões – Resolução BCB nº 120/2021 e CPC 47

Em conformidade com a Resolução BCB nº 120/2021, vigente desde 1º de janeiro de 2022, a Administradora passou a adotar o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, reconhecendo as receitas de taxa de administração pelo regime de competência, ao longo da vigência dos contratos, deixando de adotar o reconhecimento pelo regime de caixa, anteriormente disciplinado pela Circular BCB nº 2.381/1993.

De forma consistente, as despesas com comissões pagas aos representantes comerciais, por se tratarem de custos incrementais de obtenção dos contratos, passaram a ser apropriadas na mesma proporção da realização da respectiva receita, estando registradas no ativo como despesas antecipadas, circulante ou não circulante, conforme o prazo dos contratos.

Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, sendo que, quando aplicável, são acrescidos de rendimentos e das variações monetárias auferidos até a data do balanço. A Sociedade reconhece os ativos quando o recurso é controlado por ela, oriundo de eventos passados, e que provavelmente irão gerar um benefício econômico futuro.

Investimentos

Registrados pelo valor de custo, líquidos da provisão para perda, quando necessária.

Imobilizado

Demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos dos impostos recuperáveis e da depreciação acumulada.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método das quotas constantes (exceto as imobilizações em andamento). As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na respectiva nota explicativa.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade assume os direitos e obrigações previstos nos respectivos contratos.

A partir de 1º de janeiro de 2025, com a entrada em vigor da Resolução BCB nº 352/2023, foram incorporados, de forma adaptada, os conceitos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros às administradoras de consórcios. Esta norma estabelece critérios para classificação, mensuração, reconhecimento de perdas esperadas e divulgação dos instrumentos financeiros. Ressalta-se que sua adoção respeita as particularidades do segmento de consórcios e não revoga os demais normativos específicos, especialmente no que se refere aos grupos administrados.

Complementarmente, a Resolução BCB nº 397/2024 trouxe ajustes e aprimoramentos, principalmente no que diz respeito às exigências de evidenciação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Sociedade classifica seus ativos financeiros com base no modelo de negócios e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A mensuração é feita, predominantemente, pelo custo amortizado, exceto para as aplicações financeiras dos grupos de consórcios, que seguem obrigatoriamente a mensuração pelo valor justo por meio do resultado (VJR), conforme determinações específicas.

O reconhecimento dos recebíveis de taxa de administração é realizado com base no valor que se espera receber, considerando os riscos de crédito. A provisão para perdas é constituída

quando identificados riscos que possam impactar a recuperação desses ativos. Na presente data, não há registro de ativos financeiros com risco de crédito relevante.

Atualmente, a Sociedade não possui passivos financeiros contratados nem operações com derivativos. Caso haja necessidade futura, a contratação observará critérios conservadores, priorizando instrumentos de renda fixa, com instituições de baixo risco de crédito e devidamente avaliadas pelas agências de classificação.

A gestão financeira é realizada de forma criteriosa, com acompanhamento sistemático do fluxo de caixa dos grupos de consórcios, tanto efetivo quanto projetado. Na hipótese de projeções de encerramento deficitário dos grupos, são constituídas provisões para aportes, de acordo com as obrigações previstas nos normativos aplicáveis.

Além disso, a Resolução BCB nº 310/2023, vigente desde 1º de julho de 2023, atualizou os critérios gerais para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, mantendo alinhamento às práticas contábeis adotadas pelo Banco Central do Brasil.

Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, sendo que, quando aplicável, são acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. A Sociedade reconhece um passivo quando existe a obrigação legal na data do balanço, que vai proporcionar uma saída de caixa ou equivalente.

Atualização monetária e ajustes a valor presente de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até a data do balanço. A contrapartida dessas atualizações é refletida diretamente no resultado do exercício a que se refere.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários relevantes de curto e longo prazos é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis da Sociedade tomadas em seu todo. Calcula-se esse ajuste com base nos fluxos de caixa previstos e respectivas taxas de juros.

Provisão para perdas trabalhistas, fiscais e cíveis

As provisões para perdas trabalhistas, fiscais e cíveis são constituídas mediante avaliações de seus riscos e quantificadas com base em parecer jurídico sobre processos e

outros fatos contingenciais conhecidos na data do encerramento do exercício. Tais provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação legal ou constituída como resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja requerida para liquidar a obrigação e o valor da provisão possa ser estimado de maneira confiável.

Imposto de renda e contribuição social sobre os lucros

As bases de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foram determinadas conforme o regime de tributação de lucro real trimestral. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela trimestral excedente a R\$ 60 mil. A contribuição social foi calculada à razão de 9% sobre o lucro tributável.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

As demais receitas, despesas e custos são reconhecidos quando incorridos e/ou realizados de acordo com o regime de competência. O resultado inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de sua realização.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Contas	30/06/2025	31/12/2024
Caixa	-	10
Bancos	755	1.834
Total	<u>755</u>	<u>1.844</u>

5. Ativos financeiros ao custo amortizado

Contas	30/06/2025	31/12/2024
Títulos de renda fixa	12.131	11.489
Títulos de renda variável	3.020	2.381
Cotas de fundo de investimento	92.609	75.152
Total	<u>107.760</u>	<u>89.022</u>

Segregação no balanço patrimonial	30/06/2025	31/12/2024
Circulante	107.462	88.739
Não circulante	298	283
Total	<u>107.760</u>	<u>89.022</u>

As aplicações financeiras concentram-se em fundos referenciados DI e CDBs emitidos por instituições de primeira linha. Todas são de curto prazo e apresentam liquidez imediata, com baixo risco de mercado.

Entre os principais destaques do exercício, destaca-se o aumento expressivo nas aplicações financeiras, resultado do crescimento das operações e da melhoria na eficiência da alocação de recursos.

6. Contas a Receber

Contas	30/06/2025	31/12/2024
Cartões de crédito	508	243
Taxa de administração a receber CPC 47	7.204	5.592
Avisos bancários em trânsito	102	35
Aporte de recursos - grupos deficitários	2.764	2.375
Aporte de recursos - grupos em andamento	536	494
Taxas a receber - grupos	1.407	1.505
Total sem provisão	<u>12.521</u>	<u>10.244</u>
(-) PECLD	(4.259)	-
Total com provisão	<u>8.262</u>	<u>10.244</u>

A contabilização da PECLD (Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa) foi efetuada em 2025, seguindo os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 352/23.

7. Impostos a Recuperar

Contas	30/06/2025	31/12/2024
Imposto de renda	2.831	9.390
CSL a recuperar	3.108	2.937
PIS a recuperar	803	628
COFINS a recuperar	3.364	2.892
Total	<u>10.106</u>	<u>15.847</u>

Estes valores correspondem a créditos tributários passíveis de compensação futura com tributos a recolher.

8. Impostos Diferidos (Curto Prazo)

Curto prazo	30/06/2025	31/12/2024
Imposto de renda	1.618	1.271
Contribuição social	583	458
Total	<u>2.201</u>	<u>1.729</u>

Os impostos diferidos são relativos ao imposto de renda (25%) e contribuição social (9%) sobre as provisões temporárias de: (i) Peclid (perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa); (ii) Contingências cíveis e trabalhistas; e (iii) Passivo de Arrendamento Mercantil – CPC 06).

9. Despesas Antecipadas

Contas	30/06/2025	31/12/2024
Comissões futuras	352.563	250.856
Outras despesas antecipadas	47	58
Total	<u>352.610</u>	<u>250.914</u>

Segregação no balanço patrimonial

Circulante	29.257	19.810
Não circulante	323.353	231.104
Total	<u>352.610</u>	<u>250.914</u>

Como resultado do reflexo da nova forma de contabilização das receitas (CPC 47 e Resolução BCB 120/2021), as comissões pagas aos representantes, caracterizam custos incrementais relativos aos ativos de contratos e serão apropriados ao resultado do exercício pelo regime de competência em função dos respectivos prazos dos contratos com clientes.

Dentre os destaques do exercício, observam-se aumentos relevantes em despesas antecipadas refletindo crescimento operacional e melhorias na eficiência de gestão dos recursos.

10. Depósitos Judiciais

Contas	30/06/2025	31/12/2024
Trabalhistas	5.073	5.073
Outros	236	122
Total	<u>5.309</u>	<u>5.195</u>

Os valores referem-se a depósitos vinculados a processos judiciais em curso.

11. Investimentos

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Propriedades para investimento	239	239
Total	<u>239</u>	<u>239</u>

Refere-se a imóvel mantido com a finalidade de valorização de capital ou renda por aluguel, mensurado ao custo de aquisição.

12. Imobilizado

Contas	Taxa de Deprec. Anual	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido 2025	Líquido 2024
Benfeitorias em propriedades de terceiros	04%	697	(121)	576	590
Computadores	20%	7.362	-	7.362	500
Móveis e utensílios	10%	1.591	(8.046)	(6.455)	494
Veículos	20%	452	(89)	363	408
Consórcios em andamento		3.579	-	3.579	4.013
Imobilizações em andamento		128	-	128	22
Total		<u>13.809</u>	<u>(8.256)</u>	<u>5.553</u>	<u>6.027</u>

A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, com base na vida útil econômica estimada dos bens, de acordo com as práticas contábeis vigentes.

A movimentação dos saldos de custo e depreciação acumulada e valores líquidos contábeis do imobilizado para o período findo em 30 de junho de 2025 está demonstrada a seguir:

Custos	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transfer.	Saldo em 30/06/2025
Benfeitorias em propriedades de terceiros	697	-	-	-	697
Computadores	7.277	85	-	-	7.362
Móveis e utensílios	1.591	-	-	-	1.591
Veículos	452	-	-	-	452
Consórcios em andamento	4.013	322	(756)	-	3.579
Imobilizações em andamento	22	106	-	-	128
Total	<u>14.052</u>	<u>513</u>	<u>(756)</u>	<u>=</u>	<u>13.809</u>

Depreciação acumulada

Benfeitorias em propriedades de terceiros	(107)	(14)	-	-	(121)
Computadores	(6.777)	-	-	6.777	-
Móveis e utensílios	(1.097)	(172)	-	(6.777)	(8.046)
Veículos	(44)	(45)	-	-	(89)
Total	<u>(8.025)</u>	<u>(231)</u>	=	=	<u>(8.256)</u>
Total geral	<u>6.027</u>	<u>282</u>	<u>(756)</u>	=	<u>5.553</u>

13. Arrendamentos

A movimentação das contas do ativo de direito de uso no 1º semestre de 2025 é apresentada a seguir:

Direito de Uso Arrendamento Mercantil	Saldo em 31/12/2024	Adições	Saldo em 30/06/2025
Imóveis	-	1.713	1.713
Total	=	<u>1.713</u>	<u>1.713</u>

Depreciação acumulada – Direito de Uso Arrendamento Mercantil	Saldo em 31/12/2024	Adições	Saldo em 30/06/2025
Imóveis	-	(47)	(47)
Total	=	<u>(47)</u>	<u>(47)</u>
Total geral	=	<u>1.666</u>	<u>1.666</u>

A seguir estão apresentados os saldos de passivos de arrendamento (passivos financeiros ao custo amortizado) reconhecidos de acordo com o CPC 06, mensurados ao valor presente destas obrigações:

Contrato	Taxa de desconto	Data de vencimento inicial	Data de vencimento final	Valor nominal total	Valor presente em 30/06/2025	Valor presente em 31/12/2024
Imóveis	4,23%	01/06/2025	01/06/2028	1.825	1.668	-
Total					<u>1.668</u>	=
Segregação no balanço patrimonial					30/06/2025	31/12/2024
Circulante					600	-
Não circulante					1.068	-
Total					<u>1.668</u>	=

14. Comissões a Pagar

Contas	30/06/2025	31/12/2024
Comissões a pagar	113.854	81.132
Total	<u>113.854</u>	<u>81.132</u>

As comissões referem-se às remunerações devidas aos representantes comerciais e serão liquidadas ao longo dos 12 meses subsequentes.

15. Obrigações Tributárias

Contas	30/06/2025	31/12/2024
IRPJ a pagar	5.685	-
CSL a pagar	2.206	-
ISS a pagar	811	953
PIS a pagar	855	879
COFINS a pagar	3.938	4.085
Outros	469	1.296
Total	<u>13.964</u>	<u>7.213</u>
Segregação no balanço patrimonial		
Circulante	8.891	2.140
Não circulante	5.073	5.073
Total	<u>13.964</u>	<u>7.213</u>

Os valores informados no grupo do não circulante estão vinculados aos depósitos judiciais, cujas discussões sobre a obrigatoriedade de recolhimento estão sendo realizadas judicialmente.

16. Recursos Não Procurados

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Recursos não procurados	8.031	7.764
Total	<u>8.031</u>	<u>7.764</u>

Refere-se a valores recebidos após encerramento dos grupos e que não foram distribuídos entre os consorciados devido a dificuldades na sua localização. Com o objetivo da realização do saldo de recursos não procurados, são realizadas sucessivas tentativas de contato com os consorciados além da divulgação dos saldos pelo Banco Central.

Os valores são divulgados em conformidade com a Resolução BCB nº 156, de 19/10/2021, e referem-se a recursos constituídos anteriormente à vigência da Lei nº 11.795/2008. Os valores não reclamados, formados antes da referida Lei, permanecem registrados no passivo da administradora. Já aqueles constituídos após sua vigência são controlados em contas de compensação, não sendo, portanto, apresentados neste demonstrativo.

17. Taxa de Administração Antecipada

Contas	30/06/2025	31/12/2024
Taxa de administração antecipada	202.076	138.424
Total	<u>202.076</u>	<u>138.424</u>
Segregação no balanço patrimonial		
Circulante	94.819	54.763
Não circulante	107.257	83.661
Total	<u>202.076</u>	<u>138.424</u>

Valores referem-se a recebimentos antecipados por contemplações via lance ou adiantamento de parcelas. A apropriação segue o regime de competência (CPC 47 / Resolução BCB 120/2021).

Dentre os destaques do exercício, observam-se aumentos relevantes em despesas antecipadas, refletindo crescimento operacional.

18. Outras Contas a Pagar

Contas	30/06/2025	31/12/2024
Fornecedores diversos	1.341	1.657
Credores diversos	1	1
Avaliações de móveis a transferir	3	-
Avaliações de imóveis a transferir	2	-
Certidões a transferir	6	-
Outras	196	339
Total	<u>1.549</u>	<u>1.997</u>

Esses valores refletem obrigações operacionais e administrativas da instituição com vencimento de curto prazo.

19. Impostos diferidos

Contas	30/06/2025	31/12/2024
Imposto de renda	416	-
Contribuição social	150	-
Total	<u>566</u>	<u>-</u>

Os impostos diferidos passivos são relativos ao IRPJ (25%) e CSLL (9%) sobre o ativo de direito de uso (arrendamento mercantil – CPC 06).

20. Provisão para Perdas

Provisão para perdas	31/12/2024	Variação	30/06/2025
Contingências trabalhistas	144	-	144
Contingências cíveis	401	-	401
Passivos contingentes	4.539	(4.539)	-
Total	<u>5.084</u>	<u>(4.539)</u>	<u>545</u>

A Sociedade é parte em processos em andamento, de natureza trabalhista, cível e tributária, classificados como riscos de perdas “provável e “possível” pelos seus consultores jurídicos externos. Tais processos totalizam em 30 de junho de 2025, aproximadamente, R\$ 545 (2024 - R\$ 545) e R\$ 8.938 (2024 – R\$ 8.938), respectivamente. O valor estimado de perdas prováveis foi objeto de contingenciamento contábil em 30/06/2025 e 31/12/2024.

Com relação aos passivos contingentes, em período anterior, a Sociedade constituiu provisão para eventuais encerramentos de grupos de imóveis deficitários. Após análise detalhada nos encerramentos de grupos, verificou-se ser desnecessário manter a provisão de R\$ 4.539 mil, a qual foi estornada para o resultado, conforme nota explicativa nº 25. Desta forma, para o 1º semestre de 2025, foi constituída uma nova provisão no valor de R\$ 3.933 mil para perdas futuras esperadas, que compõe a rubrica de Peclid.

21. Partes Relacionadas

Durante o exercício, a Sociedade realizou transações com a empresa coligada Paranapart Administradora de Bens Ltda., referentes à locação de imóvel utilizado como sede.

A operação foi conduzida a valores de mercado, devidamente contratualizada e em conformidade com as boas práticas de governança corporativa. Para informações detalhadas sobre arrendamentos, incluindo aplicação do CPC 06, vide nota específica sobre arrendamentos.

22. Patrimônio Líquido

Capital Social:

O capital social da Sociedade é de R\$ 7.430 mil, representado por 7.430.000 quotas no valor unitário de R\$ 1,00, integralizadas pela sócia quotista.

Reserva de Capital:

Refere-se a valores oriundos de incentivos fiscais e ajustes monetários de exercícios anteriores.

Reservas de Lucros:

Compreendem os lucros retidos para reinvestimento e expansão da empresa. Para o 1º semestre de 2025, a Administração propôs a transferência do lucro líquido do exercício para contas de reservas de retenção de lucros. Os sócios deliberarão sobre a sua manutenção em reservas, visando ao fortalecimento da estrutura de capital da entidade, ou a distribuição de lucros.

A movimentação no patrimônio líquido demonstra o crescimento da reserva de lucros, que passou de R\$ 129.368 mil em 2024 para R\$ 141.662 mil em 2025, impulsionada pelos resultados acumulados e a retenção estratégica de lucros para futuros investimentos e fortalecimento da base de capital da instituição.

23. Receita Líquida

Receita operacional bruta	1º Sem 2025	1º Sem 2024
Prestação de serviços	93.863	75.803
Total da receita bruta	<u>93.863</u>	<u>75.803</u>
(-) Impostos sobre vendas	(14.683)	(11.839)
Receita operacional líquida	<u>79.180</u>	<u>63.964</u>

A principal fonte de receita é a taxa de administração dos consórcios ativos. A receita líquida de vendas no 1º semestre de 2025 foi de R\$ 79.180 mil, um crescimento de aproximadamente 23,79% em relação ao 1º semestre de 2024.

Após o reconhecimento das despesas operacionais e financeiras, o lucro líquido apurado no exercício foi de R\$ 32.294 mil, demonstrando a solidez e a resiliência do modelo de negócios mesmo em contextos desafiadores do mercado.

24. Receita de Intermediação Financeira

Receita de intermediação financeira	1º Sem 2025	1º Sem 2024
Resultado de operações com aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	6.934	3.456
Total	<u>6.934</u>	<u>3.456</u>

25. Outras Receitas e Despesas Operacionais

Contas	1º Sem 2025	1º Sem 2024
Reversão de provisões	4.539	-
Baixa de ações judiciais	-	(4)
Outros	(2)	(2)
Total	<u>4.537</u>	<u>(6)</u>

26. Resultado Financeiro Líquido

Receitas financeiras	1º Sem 2025	1º Sem 2024
Recebimento de multas	25.921	19.980
Outras receitas	295	196
Total das receitas financeiras	<u>26.216</u>	<u>20.176</u>
Despesas financeiras		
Variação monetária passiva	(512)	(1.850)
Prejuízo de títulos e valores mobiliários	-	(6)
Juros sobre arrendamento - CPC 06	(6)	-
Demais despesas financeiras	(112)	(20)
Total das despesas financeiras	<u>(630)</u>	<u>(1.876)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>25.586</u>	<u>18.300</u>

27. Imposto de Renda e Contribuição Social

Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes	1º Sem 2025	1º Sem 2024
Imposto de renda	(11.464)	(11.153)
Contribuição social sobre o lucro	(4.307)	(3.978)
Total	<u>(15.771)</u>	<u>(15.131)</u>

Irpj e Csl - correntes

Resultado antes dos impostos	48.159	43.414
(+) Adições	4.578	978
(-) Exclusões	(4.884)	(196)
Base de cálculo	<u>47.853</u>	<u>44.196</u>
Alíquota	32,96%	34,24%
Valor do imposto	<u>(15.771)</u>	<u>(15.131)</u>

Irpj e Csl - diferidos ativos

Bases das diferenças temporárias	31/12/2024	Variação	30/06/2025
Peclid	-	4.259	4.259
Contingência trabalhista	144	-	144
Contingências cíveis	401	-	401
Passivos contingentes	4.539	(4.539)	-
Passivos de arrendamentos - CPC 06	-	1.774	1.774
Juros sobre arrendamentos - CPC 06	-	(106)	(106)
Total das bases	<u>5.084</u>	<u>1.388</u>	<u>6.472</u>

Total dos Irpj e Csl - diferidos ativos

IRPJ	1.271	347	1.618
CSL	458	125	583
Total do diferido	<u>1.729</u>	<u>472</u>	<u>2.201</u>

Irpj e Csl - diferidos passivos
Bases das diferenças temporárias

Ativo de direito de uso - CPC 06	-	1.666	1.666
Total das bases	=	<u>1.666</u>	<u>1.666</u>

Total dos Irpj e Csl - diferidos passivos

IRPJ	-	416	416
CSL	-	150	150
Total do diferido	=	<u>566</u>	<u>566</u>

Total	<u>1.729</u>	<u>(94)</u>	<u>1.635</u>
--------------	---------------------	--------------------	---------------------

A base de cálculo para os tributos segue o regime de lucro real anual, com alíquotas conforme legislação vigente.

28. Resumos das Operações de Consórcio

Posição das operações do consórcio nos períodos	30/06/2025	31/12/2024
Quantidade de grupos administrados	187	193
Bens entregues no período	5.554	5.160
Bens entregues no total	31.726	30.123
Taxa de Inadimplência	14,24%	14,64%
Quantidade de consorciados ativos	109.144	96.209
Quantidade de consorciados excluídos no período	9.783	8.028
Quantidade de consorciados excluídos total	53.648	45.226
Quantidade de bens pendentes de entrega	7.681	6.558

O crescimento operacional refletido nos indicadores demonstra a expansão do alcance da empresa no mercado.

Para fins de reconhecimento de perdas associadas ao risco de crédito, a Sociedade adota, como critério interno de inadimplência, a existência de saldo vencido e não pago a partir de 1 (um) dia de atraso. Com base nesse critério, são avaliadas as necessidades de constituição de provisão para perdas esperadas, considerando informações históricas, fatores atuais e projeções futuras, em linha com os conceitos trazidos pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros, adaptados pela regulamentação específica do Banco Central aplicável às administradoras de consórcio.

29. Aplicações Financeiras dos Grupos de Consórcio

As aplicações financeiras dos recursos dos consorciados são efetuadas exclusivamente em fundos de renda fixa de baixo risco, conforme disposto na Circular nº 3.432/2009 do BACEN.

Fundos utilizados:

Bradesco H Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Longo Prazo

Títulos Públicos – CNPJ: 00.885.762/0001-12

Bradesco Special FIF Fundo de Investimento em cotas RF referencias DI –

Resp Limitada – CNPJ: 60.746.948/0001-12

30. Instrumentos Financeiros

Mais detalhes sobre critérios de mensuração e classificação estão na Nota 3 (Instrumentos Financeiros)

31. Cobertura de Seguros

A Sociedade mantém contratos de cobertura de seguros em montante considerado

suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, levando em conta a natureza e o grau de risco.

As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram auditadas por nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros, por natureza, em relação aos valores máximos indenizáveis está demonstrada a seguir:

Bens segurados	Data de vigência		Importância segurada
	De	Até	
Edifícios	2024	2025	39.406

32. Aprovação das Demonstrações Contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Sociedade em 01 de outubro de 2025, considerando todos os eventos subsequentes até essa data que pudessem impactar a sua elaboração.

BR VOS Participações Societárias Ltda.

Cargo: Sócia Quotista

Anya S. Voswinckel Celestino

Cargo: Sócia Quotista

Ricardo Vogman de Lima

Contador CRC PR – 054107/O-9